



PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei do Executivo nº 07/2026

Autor: Poder Executivo

Ementa: Autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento vigente para fins que menciona e dá outras providências.

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Executivo nº 07/2026, de iniciativa do Poder Executivo, para exame dos aspectos de constitucionalidade, legalidade, rito e redação, na forma regimental. Compete à Comissão Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sobre tais aspectos, em primeiro lugar, nas proposições que tramitam na Casa.

II – VOTO DO RELATOR

a) Constitucionalidade

A matéria mostra-se constitucional, em exame preliminar, por tratar de abertura de crédito especial, providência admitida no sistema orçamentário municipal, desde que haja prévia autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes. A Lei Orgânica expressamente veda a abertura de créditos suplementares ou especiais sem esses requisitos.

b) Legalidade

Sob o aspecto da legalidade, o projeto é admissível, pois a Lei Orgânica prevê que os projetos relativos a créditos adicionais suplementares e especiais serão apreciados pela Câmara Municipal.

c) Rito

O rito encontra amparo regimental, cabendo a esta Comissão o exame inicial da matéria e à Comissão de Finanças e Orçamento o pronunciamento obrigatório quanto às matérias financeiras, especialmente abertura de créditos e proposições que alterem despesa ou receita do Município.

d) Redação

A proposição é compreensível, mas comporta pequeno aperfeiçoamento redacional, especialmente para maior precisão quanto à referência à LOA, à indicação da fonte de recursos e à individualização dos anexos. O Regimento exige que as proposições sejam redigidas em termos claros, objetivos e concisos.



III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão opina **favoravelmente à constitucionalidade, legalidade e regular tramitação** do Projeto de Lei nº 07/2026, com ressalva de aperfeiçoamento redacional.

Sala das Comissões, em ___ de março de 2026.

ANTONIO HELANO V. DA S. SEGUNDO
Relator

Pelas conclusões:

SARA SHEYLA SANTANA ALVES
Presidente

ROBERTO SANTANA DE FIGUEREDO
Membro